

## 5 A Invasão Americana

### 5.1 Introdução

A Guerra do Golfo abriu um precedente para a atuação militar direta dos EUA no Golfo Pérsico visando à manutenção de seus interesses vitais na região. Durante o governo do Presidente Bill Clinton a manutenção dos interesses americanos foi realizada preferencialmente através de ações concretas contra o Iraque e o Irã, política conhecida como “dupla contenção”. Neste período, o bombardeamento contra alvos estratégicos iraquianos manteve o Iraque enfraquecido.

Os atentados de 11 de Setembro contra o *World Trade Center* e o Pentágono, no entanto, mudaram o cenário para o Golfo Pérsico. Como resposta imediata aos ataques terroristas, os EUA iniciaram a chamada “Guerra contra o terror” que teve como primeiro alvo o regime Talibã do Afeganistão que servia de hospedeiro para a rede transnacional Al-Qaeda, responsável pelos ataques contra os EUA. Seu líder Osama Bin Laden justificou os ataques terroristas pela presença americana na região do Golfo Pérsico e, principalmente pelo apoio americano ao governo despótico da Arábia Saudita.

A “Guerra contra o terror” motivou os chamados ‘falcões’ da administração Bush a desenvolverem uma nova Estratégia de Segurança Nacional. Esta nova estratégia incluía a ação militar preventiva e unilateral e ficou conhecida como ‘Doutrina Bush’. Através da aplicação da ‘Doutrina Bush’, a administração Bush filho enfraqueceu o multilateralismo e as Instituições Internacionais, seguindo esta lógica, os EUA decidiram invadir o Iraque para derrubar Saddam Hussein, mesmo sem o aval das Nações Unidas.

Este capítulo procura analisar a estratégia americana para o *coração energético mundial*, durante os governos do Presidente Clinton e do Presidente Bush até a declaração de guerra contra o Iraque em 20 de Março de 2003.

### 5.2 – Operação Raposa do Deserto e a manutenção do interesse nacional vital americano

A partir da Operação Tempestade do Deserto liderada pelo Presidente Bush pai, os EUA mantiveram uma ação contínua junto ao Iraque evitando o fortalecimento de Saddam Hussein e o desenvolvimento do programa de armas de destruição em massa iraquiano. Durante o governo do Presidente americano Bill Clinton, a política para conter o Iraque foi feita preferencialmente através da aplicação de sanções comerciais que objetivavam erodir o poder militar iraquiano. No entanto, a administração Clinton também utilizou a estratégia da ação militar para atingir os seus objetivos com relação ao governo de Saddam Hussein.

Em outubro de 1994, a administração Clinton começou a despachar aviões, navios e tropas terrestres para responder a uma aproximação militar iraquiana na fronteira do Kuwait. (AMBROSE, 1997, p. 415) Os EUA enviaram 30.000 soldados americanos para a região em nome da manutenção da paz. Em seu discurso no Congresso Judaico Mundial em abril de 1995, o Presidente Clinton afirmou que aplicaria a estratégia de ‘dupla contenção’ com relação ao Iraque e ao Irã, e declarou que não permitiria que nem Teerã nem Bagdá ameaçassem a estabilidade na região do Golfo Pérsico:

*“(Irã e Iraque) mantém terroristas dentro de suas fronteiras. Eles apóiam bases terroristas em outras terras. Eles anseiam por armas nucleares e outras armas de destruição em massa. Todos os dias, eles colocam inocentes em perigo e incitam a discórdia entre as nações. Nossa política com relação a eles é simples: Eles devem ser contidos”.* (Op.Cit., p. 416)

A política de ‘dupla contenção’ procurou erodir a força militar do Irã e do Iraque através de uma abordagem conhecida como “redução de ameaça”. Para tal, a administração Clinton impôs sanções econômicas e comerciais aos dois Estados. Em consequência da invasão contra o Kuwait em 1990, o Iraque foi submetido a sanções comerciais de acordo com a Resolução 678 do Conselho de Segurança da ONU de março de 1991 e de outras Resoluções do Conselho de Segurança; já o Irã foi submetido a sanções impostas pelos EUA através do Ato de Sanções Irã-Líbia de 1996. Juntamente com a implementação de sanções, os EUA ainda conduziram ataques aéreos contra as instalações militares iraquianas. Os EUA tentavam destruir a influência militar do Iraque e do Irã, uma vez que estes Estados procuravam desenvolver um papel de liderança no Golfo.

A Resolução 687 do Conselho de Segurança proibia o Iraque de possuir mísseis balísticos e armas de destruição em massa. Em 1991, foi formada a

Comissão Especial das Nações Unidas<sup>39</sup> (UNSCOM), um grupo formado por inspetores da ONU com o objetivo de implementar a Resolução 687. No entanto, muitos analistas ocidentais acreditavam que o Iraque tinha escondido parte dos planos e equipamentos dos inspetores da UNSCOM e que, portanto, Saddam Hussein teria a capacidade de reconstruir parte dos armamentos químicos e biológicos. Esta suspeita de que Saddam Hussein pudesse estar escondendo parte de suas armas de destruição em massa se fortaleceu quando os inspetores da UNSCOM foram expulsos do Iraque no final de 1998. (KLARE, 2002, p. 70)

Em resposta ao fracasso da UNSCOM, o Presidente Clinton iniciou uma campanha de bombardeamento contra o Iraque, conhecida como Operação Raposa do Deserto, em dezembro de 1998. De acordo com o Presidente, os bombardeios tinham como objetivo atingir “o programa de armas químicas, biológicas e nucleares do Iraque e a sua capacidade militar de ameaçar seus vizinhos”. (Op.Cit., p. 66)

A Operação Raposa do Deserto consistiu numa “sistemática destruição das capacidades militares do Iraque” (Op.Cit., p. 71) através de ataques aéreos da força americana contra alvos iraquianos, uma espécie de “desarmamento pelo ar”. Segundo Pollack (2002, p. 31), esta operação tinha como principal objetivo servir como um “estopim” para um golpe de Estado no Iraque que depusesse Saddam Hussein. No entanto, mais uma vez Saddam se mostrou capaz de se manter no poder e conteve a oposição ao seu regime com mãos de ferro.<sup>40</sup>

Depois da Operação Raposa do Deserto, os EUA mantiveram uma política sistemática de ataques aéreos contra instalações militares iraquianas como parte de um esforço de degradação de suas capacidades militares. Klare (2002, p.66) destacou que a expansão das bases americanas no Golfo Pérsico, a política de fortalecimento dos aliados americanos na região e a destruição crescente das capacidades militares iraquianas faziam parte do propósito “consistente e integrado” em assegurar o domínio dos EUA na área do Golfo Pérsico. De fato, com o intento de assegurar o *interesse nacional vital* na região, os EUA

---

<sup>39</sup> A sigla foi formada a partir do nome em língua inglesa: United Nations Special Commission (UNSCOM).

<sup>40</sup> Durante a Operação Raposa do Deserto, Saddam Hussein reagiu rapidamente: baixou medidas de segurança emergenciais, incluindo prisões e assassinatos de diversos líderes religiosos xiitas iraquianos. POLLACK, 2002, p. 31.

desenvolveram uma estratégia no Golfo Pérsico que impedia o aparecimento de uma potência regional:

*“Assegurar tal domínio no Golfo tem sido uma das mais importantes e persistentes estratégias americanas desde 1980, quando o rápido deslocamento de tropas foi estabelecido pela primeira vez. Todos os sinais indicam que este objetivo vai continuar a governar a estratégia americana nas próximas décadas do século XXI”.* (Op.Cit.)

Como foi explicado nos capítulos 1 e 3 deste trabalho, o interesse americano em impedir que uma potência regional se formasse no Golfo tinha como objetivo assegurar que nenhum Estado exercesse o controle monopolista sobre as abundantes reservas de petróleo do Golfo Pérsico. Para tal, os EUA procuraram fortalecer as capacidades militares dos seus aliados na região, notadamente a Arábia Saudita e o Kuwait, ao mesmo tempo em que reduziam as capacidades das potências hostis aos interesses americanos no Golfo, o Irã e o Iraque.

Para fortalecer os aliados americanos na região, os EUA forneceram armas modernas para os Estados que integravam o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), uma aliança formada pelos Estados de Bahrain, Omã, Qatar, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. Entre as armas vendidas aos Estados do CCG, constavam aviões de guerra F-15 e F-16, tanques de guerra M-1, helicópteros de ataque Apache AH-64 e mísseis *Patriot* de defesa aérea, tais armamentos faziam parte de um sistema potente e sofisticado.

*“Somente entre 1990 e 1997, os EUA proveu armas e munições que custaram mais de US\$ 42 bilhões a estes países \_ a maior e mais custosa transferência de equipamento militar em qualquer região do mundo por um único fornecedor da história recente. O Departamento de Defesa também proveu milhares de militares treinados, e a força dos EUA regularmente promove exercícios militares conjuntos com os Estados membros do CCG”.* (Op.Cit., p. 65)

Os EUA não objetivavam tornar estes Estados auto-suficientes militarmente, mas sim melhorar suas capacidades militares para que estes pudessem ajudar as forças americanas caso houvesse um conflito maior na região, como afirmou a Força Aérea americana ao Congresso em março de 2002: “as forças americanas poderiam responder na região mais rápido e mais eficiente, se bases, portos e a infraestrutura que elas (forças americanas) requerem estivessem disponíveis”. (Op.Cit.)

Segundo o Instituto de Estudos de Segurança Nacional do Pentágono, “Os Estados do CCG não serão capazes de enfrentar agressões externas nem do Iraque nem do Irã”, no entanto “suas forças podem contribuir para unir esforços com os

Estados Unidos”. (KLARE, 2002, p. 241) Neste sentido, o exemplo dos Emirados Árabes Unidos é bastante expressivo. Com o objetivo de ampliar sua estratégia no Golfo, os EUA venderam oito *fighters* F16 de última geração, estimados em US\$ 7 bilhões, para os Emirados em março de 2000. A particularidade desta venda consiste, porém, no fato deste equipamento ser mais sofisticado do que aqueles utilizados pela Força Aérea americana. Ainda mais significativa é o fato do acordo incluir uma cláusula que permite que os EUA operem seus próprios aviões na base vendida para os EAU, e os documentos do Pentágono ainda sugerem outras formas de cooperação entre os dois países que inclui a utilização dos portos dos EAU pelos navios de guerra dos EUA. (KLARE, 2002, p. 65)

A política de fortalecimento dos aliados americanos no Golfo Pérsico tinha como objetivo garantir o papel preponderante dos EUA na região através da estratégia do *pluralismo geopolítico*. Esta estratégia, como foi visto no capítulo 3, procurava equilibrar a balança de poder entre os Estados da região do Golfo evitando o aparecimento de um *hegemôn* regional. Foi seguindo esta mesma estratégia que o Presidente Bill Clinton aplicou a “dupla contenção” contra o Irã e o Iraque.

Como foi possível observar, a partir de 1991 os EUA se mostraram dispostos a intervir militarmente no Golfo Pérsico para assegurar seu interesse nacional vital. A Guerra do Golfo foi um importante precedente para o envolvimento militar americano na região e o sucesso da Operação Tempestade do Deserto motivou a série de ataques aéreos conduzidos contra o Iraque durante a administração Clinton. Segundo a declaração do Assistente do Secretário de Defesa americano, Joseph Nye, “Os EUA vão continuar utilizando uma variedade de meios de promover a segurança nacional e a estabilidade no Golfo, trabalhando junto a nossos amigos e aliados”, porém, “permaneceremos preparados para defender o interesse vital dos EUA nesta região \_ unilateralmente se necessário”.<sup>41</sup> No entanto, foi no governo que sucedeu Bill Clinton que a declaração anterior se realizou. Durante o governo do Presidente George W. Bush, os EUA atacaram militarmente o Iraque sem o apoio da ONU e com a oposição da maior parte do mundo. (RUBIN, 2003/04, p. 111)

---

<sup>41</sup> Declaração feita em 1995. KLARE, 2002, p. 63.

### 5.3 O 11 de Setembro

Os ataques de 11 de Setembro de 2001 contra os EUA transformaram a política externa americana. Cerca de três mil pessoas, em sua maior parte americanos, foram mortos no ataque realizado com aviões comerciais contra o *World Trade Center* e o Pentágono. (Posen, 2001, p. 39) O ataque foi realizado por uma rede terrorista chamada Al-Qaeda, cujo líder, Osama Bin Laden era um rico saudita que havia organizado a rebelião contra a ocupação soviética no Afeganistão, nos anos de 1979 até 1989. Segundo Barry Posen, “Bin Laden e seus associados compartilham uma interpretação fundamentalista do Islã que de forma oportunista foi combinada com uma ideologia política de conflito violento”. (Op.Cit.)

O ataque foi motivado pelo ressentimento com relação à presença dos EUA no Oriente Médio, e mais especificamente no Golfo Pérsico, a “Al-Qaeda quer os EUA, e de forma mais geral o Ocidente, fora do Golfo Pérsico e do Oriente Médio”. (Op.Cit) Para a Al-Qaeda, os EUA seriam um dos responsáveis pela pobreza em que vive parte do povo muçulmano. Além disso, os EUA tentavam impor a cultura ocidental no mundo muçulmano o que seria extremamente ofensivo para o Islã tradicional. Osama Bin Laden justificou os ataques de 11 de Setembro com base no “contínuo sofrimento da população do Iraque e pela ocupação de Israel do *West Bank* e da Faixa de Gaza” e ainda pela “presença militar dos EUA na Arábia Saudita” que seria uma “profanação dos lugares sagrados do Islã”. (Op.Cit., p. 40)

A resposta americana aos ataques de 11 de Setembro foi imediata. Em menos de um mês após o ataque contra os EUA a administração Bush iniciou um ataque ao Afeganistão, conquistando uma vitória decisiva e rápida sobre o Talibã<sup>42</sup> (Operação Liberdade Duradoura). A vitória do Afeganistão foi atingida através de uma campanha aérea que “mapeou e desbaratou as forças de combate do Talibã” (POLLACK, 2002, p.32-33), seguida por uma atuação da Aliança do Norte que debelou os últimos focos isolados de resistência no território.

---

<sup>42</sup> A rede Al-Qaeda contava com o apoio do governo Talibã no Afeganistão.

### 5.3.1 A Doutrina Bush

Em 20 de setembro de 2002, o Presidente George W. Bush enviou ao Congresso americano a nova Estratégia de Segurança Nacional (NSS)<sup>43</sup> dos EUA, o primeiro documento estratégico desde os ataques de 11 de Setembro de 2001. (GADDIS, 2002, p. 50) O NSS refletia as novas diretrizes da administração Bush com relação à política de segurança nacional americana. A partir deste novo ideário, conhecido como Doutrina Bush, os EUA iniciaram uma estratégia que reestruturou o mundo unipolar. De acordo com a nova Doutrina, os EUA, como a única superpotência mundial, deveriam desempenhar um papel mais decisivo junto a Comunidade Internacional objetivando manter seus interesses nacionais. Para tal, o uso da força americana deveria ser ampliado, e utilizado se necessário, de forma preventiva e unilateral.

Em 1º de junho de 2002, o Presidente Bush discursou acerca da nova estratégia: “Nós vamos defender a paz lutando contra terroristas e tiranos. Nós vamos preservar a paz através da construção de boas relações entre os grandes poderes. Nós vamos estender a paz encorajando sociedades livres e abertas em todos os continentes”. (Op.Cit)

As duas características principais da Doutrina Bush eram a antecipação ou prevenção<sup>44</sup> e o unilateralismo. Desde setembro de 2002, quando os EUA começaram a adotar a nova estratégia de segurança nacional, os EUA estavam decididos a atacar preventivamente qualquer inimigo que pudesse ameaçar o poder americano. Segundo a assessora de Segurança Nacional da administração Bush, Condoleezza Rice,<sup>45</sup> a ação preventiva não seria um conceito novo: “nunca houve uma exigência moral ou legal que um país devesse esperar para ser atacado antes de poder cuidar de suas ameaças existenciais”. (RICE, 2002/03, p. 64)

A estratégia de segurança nacional dos EUA chegou a desenvolver uma base legal para a ação preventiva, alegando que “as nações não precisam sofrer

---

<sup>43</sup> *The National Security Strategy (NSS)*. BUSH, 2002/2003.

<sup>44</sup> Em língua inglesa, tal conceito é denominado *preemption*, no entanto, em língua portuguesa, a palavra *preempção* é mais utilizada para se referir a acordos comerciais. Deste modo, o presente trabalho vai optar por traduzir *preemption* pelo termo *prevenção*.

<sup>45</sup> Palestra proferida por Condoleezza Rice em evento promovido pelo Mahattan Institute for Policy Research em 1º de outubro de 2002, Nova York. RICE, 2002/2003, p. 62.

um ataque anterior, elas podem dentro da lei tomar uma ação para se defenderem das forças que apresentem um perigo iminente de ataque”. (BUSH, 2002/03)

O segundo fator que caracterizava a Doutrina Bush era o ataque unilateral. Para garantir o êxito de sua política de ação preventiva, os EUA se predispuseram a atacar unilateralmente, ou seja, atacar ainda que sem o apoio das entidades internacionais e/ou sem a formação de uma força de coalizão internacional. No NSS esta prerrogativa se tornou bastante clara, quando o Presidente Bush afirmou que “os Estados Unidos irão constantemente tentar assegurar o suporte da comunidade internacional”, mas “nós não hesitaremos em agir sozinhos, se necessário, para exercer nosso direito de autodefesa atuando com prevenção contra tais terroristas, prevenindo que eles causem algum dano contra nosso povo e nosso país”. (Op.Cit.)

De acordo com esta nova ordem global, os EUA deveriam dar menos importância para seus parceiros e às regras e instituições globais, enquanto caminhavam para uma atuação mais unilateral e para um papel antecipatório no ataque aos terroristas, confrontando Estados perigosos e procurando armas de destruição em massa. Para tal, “os Estados Unidos vai usar seu poder militar sem rivalidade para gerenciar a ordem global”. (IKENBERRY, 2002, p. 49) No NSS, o Presidente Bush afirmou que “nossas forças serão suficientemente poderosas para dissuadir adversários potenciais de buscar uma escalada de desenvolvimento militar, na tentativa de superar ou de se igualar ao poderio dos Estados Unidos” (Bush, 2002/03, p. 110), e na Palestra em *West Point* afirmou que a “América possui, e pretende manter, uma força militar sem precedentes”. (GADDIS, 2002, p. 52)

Finalmente, além das duas características principais, prevenção e unilateralismo, a Doutrina Bush também defendeu a crença de que os valores americanos seriam universais e, portanto, bons para todos os povos. Só existiria “um único modelo sustentável para o êxito de uma nação: liberdade, democracia e livre iniciativa”. (BUSH, 2002/03, p. 78) A vitória sobre ao Talibã em 2001 e a bem-vinda mudança de regime político no Afeganistão “aparentou que os valores americanos eram transportáveis, mesmo para a parte mais remota e estranha da Terra”. (GADDIS, 2002, p. 54) Bush afirmou no NSS que o objetivo último da estratégia americana era levar a democracia para todos os continentes, deste

modo, a percepção de que os valores americanos ou ocidentais eram bons para todo o mundo prevaleceu no discurso do Presidente americano:

*“Os EUA irão usar este momento oportuno para estender os benefícios da liberdade por todo o globo. Trabalharemos com afinco para levar a esperança da democracia, do desenvolvimento, dos mercados livres e do livre comércio a cada um dos quadrantes do mundo”.* (BUSH, 2002/03, p.80)

Adicionalmente, a nova Doutrina também defendia a idéia maniqueísta de que existiriam dois lados, a liberdade e o totalitarismo, o bem e o mal, como ficou claro neste trecho: “os grandes conflitos do século XX, travados entre a liberdade e o totalitarismo ...”. (Op.Cit, p. 78) Os EUA representariam as forças da liberdade e, deste modo, os demais Estados do Sistema Internacional deveriam ser seus aliados, já que os EUA possuiriam valores que “todos os Estados e culturas \_ com exceção de terroristas e tiranos\_ compartilham”. (GADDIS, 2002, p. 52)

Os ataques de 11 de Setembro foram utilizados como justificativa para esta nova Doutrina. Segundo a assessora de Segurança Nacional a consciência de vulnerabilidade diante dos ataques de 11 de Setembro inspirou a nova estratégia de segurança nacional dos EUA, “não há mais dúvida que hoje a América enfrenta uma ameaça existencial tão grande quanto as que enfrentamos durante a Guerra Civil, a chamada Guerra Boa, ou a Guerra Fria”. (RICE, 2002/03)

Deste modo, como consequência direta dos ataques de 11 de Setembro, a administração Bush incluiu os terroristas como uma nova fonte de ameaça. Segundo as palavras do Presidente Bush, no passado “os inimigos precisavam de grandes exércitos e grande capacidade industrial para colocar os EUA em perigo”, hoje, porém, “redes obscuras formadas por indivíduos podem gerar grande caos e sofrimento em nossas terras, com gastos menores do que custaria para comprar um único tanque”. (GADDIS, 2002, p.51) Deste modo, atestaram os defensores da Doutrina Bush, as estratégias que caracterizaram o período da Guerra Fria \_contenção e dissuasão\_ não funcionariam mais frente à ameaça terrorista. O sucesso das estratégias anteriores era garantido devido à possibilidade de identificação dos regimes, líderes e territórios que se pretendia combater, no caso das redes terroristas esta identificação não era mais possível.

A ameaça não era oriunda de outros Estados poderosos que poderiam ser dissuadidos diante de uma retaliação nuclear por parte dos EUA, mas de uma rede de terroristas transnacionais que não possuíam endereço. (IKENBERRY, 2002, p.

51) Assim, as antigas estratégias da Guerra Fria não teriam mais nenhuma validade para deter este novo inimigo. As redes terroristas “vêm armas de destruição em massa como armas de escolha” , destacou o Presidente Bush. Deste modo, a única arma capaz de conter este tipo de ameaça seria a prevenção: “nós não podemos deixar nossos inimigos darem o primeiro tiro”. (GADDIS, 2002, p. 52)

No entanto, o ataque preventivo vai de encontro às regras internacionais de autodefesa e das normas da ONU sobre o uso da força apropriado. Tal visão, defendida pela administração Bush, tornou sem sentido a Carta da ONU no artigo 51 que fala das normas internacionais de autodefesa. (IKENBERRY, 2002, p. 51) Segundo Madeleine Albright (2003/04, p. 79), ex-secretária de Estado dos EUA (1997-2001), a administração Bush transformou a autodefesa antecipatória na peça central da política de segurança nacional americana. Tal escolha política era bastante perigosa, uma vez que se os EUA poderiam utilizar esta ação preventiva, os demais Estados do Sistema Internacional também se sentiriam no direito de utilizá-las. A ex-secretária de Estado lançou a dúvida: “será que realmente queremos um mundo em que cada país se sente no direito de atacar qualquer outro que possa, um dia, vir a o ameaçar?”. (Op.Cit.) Com a prática disseminada da autodefesa antecipatória, o Sistema Internacional se tornaria cada vez mais instável e, paradoxalmente, mais propenso a ataques terroristas, “uma política de ataques preventivos pode levar a que Estados hostis acelerem o programa para adquirir as únicas armas de dissuasão possível com os EUA: armas de destruição em massa”. (IKENBERRY, 2002, p. 57)

O ataque unilateral também representava a depreciação generalizada das regras, dos Tratados Internacionais e das parcerias de segurança. “Em outras palavras, os EUA decidiram que são grandes o suficiente, poderosos o suficiente, e desinteressados o suficiente para agirem sozinhos”. (Op.Cit., p. 54) A prática do unilateralismo nas ações militares empreendidas pelos EUA veio da convicção, disseminada pelos defensores da Doutrina Bush, de que os EUA necessitam ter um papel direto e sem constrangimentos para responder às ameaças externas. O julgamento de que nenhum outro Estado ou coalizão possuía a projeção de força necessária para responder aos terroristas e aos “Estados tiranos” motivou a opção pela ação unilateral da administração Bush, “membros do governo temiam que as coalizões atassem as mãos dos EUA e que recorrer à autoridade internacional da

ONU ou da OTAN estabelecesse um precedente indesejável”. (Nye, 2002, p. 20)  
A nova Doutrina exortava a atuação unilateral americana e desprezava a opinião dos demais Estados do Sistema Internacional.

Com relação aos eventos de 11 de Setembro, Joseph Nye destacou que “o único modo de lidar com diversas ingerências transnacionais é montar uma defesa avançada que envolva a cooperação em inteligência e repressão com outros países no interior das fronteiras deles e das nossas”. (Op.Cit., p. 263) O controle unilateral em algumas áreas seria impossível, seguramente os governos estrangeiros teriam mais capacidade de identificar e prender terroristas dentro de suas fronteiras do que os EUA, assim, “nos casos em que nos falta a capacidade unilateral de produzir os resultados desejados, o nosso controle soberano pode aumentar com uma boa e digna participação nos regimes que constituem a substância da vida internacional”. (Op.Cit., p. 262) George W. Bush, pai do atual Presidente, com relação ao 11 de Setembro destacou a importância do multilateralismo:

*“Assim como Pearl Harbor despertou este país, afastando-o da idéia de que podíamos escapar ao chamado do dever de defender a liberdade na Europa e na Ásia na Segunda Guerra Mundial, o recente e inesperado ataque deve eliminar o conceito bastante disseminado de que os Estados Unidos podem empreender sozinhos a luta contra o terrorismo ou contra o que quer que seja”.*<sup>46</sup>

Segundo Gaddis, a prática americana do ataque preventivo e unilateral requeria uma preponderância hegemônica dos EUA, para Ikenberry, porém, tais práticas evidenciavam as aspirações neoimperialistas da administração Bush. De fato, o pressuposto de que os valores americanos ou ocidentais seriam bons para todos os povos e a restrição do conceito de soberania ocasionada pela prática do ataque preventivo e unilateral da administração Bush, demonstravam que as aspirações americanas eram mais imperialistas que hegemônicas:

*“A estratégia de segurança nacional do Presidente George W. Bush pode representar a mais ampla mudança na grande estratégia americana desde o início da Guerra Fria. Mas seu sucesso depende da disposição do resto do mundo em receber de braços abertos o poder dos EUA”.* (GADDIS, 2002, p. 50)

A Doutrina Bush determinou uma mudança no conceito de soberania que se tornou cada vez mais condicionada aos imperativos americanos. Como os terroristas não podiam ser contidos, os EUA deveriam estar preparados para

---

<sup>46</sup> Tyler & Perez, Apud. NYE, 2002, p. 19.

intervir preventivamente em “qualquer lugar e a qualquer hora” (IKENBERRY, 2002, p.52) combatendo a ameaça iminente. Os Estados que acolhessem terroristas por consenso ou porque não possuíam força suficiente para retirá-los de seu território, efetivamente perderiam seus direitos de soberania. Os EUA se arrogavam o direito de intervir preventivamente num outro Estado do Sistema Internacional para combater possíveis ameaças terroristas. Para a Doutrina Bush, como os “terroristas não respeitam fronteiras, então os EUA também não podem respeitar”. (Op. Cit)

Dentro desta nova lógica, os Estado seriam responsabilizados pelo que acontecia dentro de suas fronteiras, porém, os governos que falhassem em agir de forma a reprimir redes terroristas poderiam vir a sofrer uma intervenção americana. Para os Estados que não compartilhavam dos valores americanos, a soberania se tornou cada vez mais condicional, enquanto que tem se tornado cada vez mais absoluta para os EUA. Os preceitos oriundos da Doutrina Bush formaram uma visão neoimperial, “no qual os EUA arrogam a si mesmos o papel de determinar padrões globais, determinar ameaças e de fazer justiça”. (IKENBERRY, 2002, p. 44)

#### **5.4. Por que o Iraque?**

##### **5.4.1. Combater os tiranos e levar a democracia**

Dentro do arcabouço da Doutrina Bush existia um fator que se ligava diretamente à nova ameaça terrorista: os tiranos. É interessante notar que a administração Bush cuidou de colocar os regimes tirânicos, no pós 11 de Setembro, no mesmo patamar de periculosidade que as redes terroristas. Segundo Condoleezza Rice, terroristas e tiranos seriam “duas faces do mesmo mal” e deveriam ambos ser combatidos, “iremos desmontar as redes do terror, levar em conta as nações que dão refúgio aos terroristas e, confrontar os tiranos agressivos que mantêm ou procuram ter armas nucleares, químicas ou biológicas que possam ser repassadas aos terroristas aliados”. (RICE, 2002/03, p. 64) No entanto, qual a explicação para “confrontar tiranos agressivos”, uma vez que as estratégias de contenção e dissuasão vêm funcionando bem contra estes regimes?

Em janeiro de 2002, o Presidente Bush tentou explicar a conexão entre tiranos e terroristas ao alertar sobre o “eixo do mal” constituído pelo Iraque, Irã e Coréia do Norte. (GADDIS, 2002, p. 54) A ex-secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright (2002/03, p. 78), afirmou que “em seu pronunciamento do Estado da União de 2002, por exemplo, o Presidente Bush não se concentrou na Al-Qaeda e no trabalho que ainda estava por ser feito no Afeganistão, mas sim no chamado ‘eixo do mal’”. No entanto, a expressão “eixo do mal” mais complicou que facilitou para a compreensão da conexão entre terroristas e tiranos. Uma vez que o Iraque, o Irã e a Coréia do Norte não eram os únicos Estados do Sistema Internacional com governos não democráticos, por que estes três regimes eram considerados tão perigosos? E finalmente, por que a administração Bush tomou como pessoal à tarefa de derrubar Saddam Hussein?

Como foi visto nos capítulos anteriores, os EUA mantiveram uma política de *pluralismo geopolítico* com relação ao Golfo Pérsico, o *coração energético mundial*. Para tal, os EUA buscaram estimular a balança de poder na região com o envio de armamentos e de forças militares sempre que um dos Estados do Golfo buscava desempenhar uma posição de liderança. Desde a Guerra do Golfo, no entanto, os EUA têm desenvolvido uma política de “dupla contenção” com relação ao Irã e ao Iraque, para que nenhum dos dois Estados consiga se tornar uma força hegemônica na região e com isso exercer um poder de monopólio sobre o petróleo do Golfo Pérsico.

É importante destacar que a política de “dupla contenção” desenvolvida pelos EUA fazia parte da estratégia do *pluralismo geopolítico* americano. O pluralismo geopolítico primava pela “manobra política e manipulação diplomática” (BRZEZINSKI, 1997, p.51), porém, quando as ações diplomáticas e econômicas não conseguiam manter os *interesses nacionais vitais* dos EUA na região do Golfo Pérsico, seria necessária a intervenção militar americana direta na região. Os EUA continuaram enviando armamentos para os Estados que formavam o CCG e, em especial, para o Kuwait e para a Arábia Saudita, como foi visto na seção 5.2. Porém, como não existia nenhum Estado da região capaz de desafiar a força do Irã e do Iraque, os EUA se viram obrigados a interferir de forma direta utilizando a política de ‘dupla contenção’. Os ataques aéreos contra alvos militares iraquianos e a implementação de sanções contra o Irã e o Iraque faziam parte da estratégia americana do pluralismo geopolítico, assim como o

envio de armamentos para os países do CCG. Todas estas ações dos EUA tinham a mesma lógica: evitar que Estados hostis à preponderância americana na região, no caso Irã e Iraque, se tornassem uma potência regional do Golfo Pérsico.

No entanto, a estratégia do *pluralismo geopolítico*, desenvolvida pelos EUA na região, não possuía nenhuma ligação com o fato do Irã e do Iraque serem regimes tirânicos, como afirmava a Doutrina Bush. Poder-se-ia indagar por que os EUA não colocaram a Arábia Saudita no rol dos Estados que compõem o “eixo do mal”, uma vez que ela também era um regime ditatorial. Do mesmo modo, os EUA não se incomodaram de manter relações de amizade com o Xá Rezah Pahlavi enquanto ele esteve no poder, apesar do regime do Xá iraniano não ter sido uma democracia.

Na realidade, o que a Doutrina Bush não disse era que o problema do Irã e do Iraque não era oriundo da tirania de seus líderes, e sim porque ambos ameaçavam os interesses americanos com suas aspirações de liderança na região do Golfo Pérsico. A Arábia Saudita e o governo do Xá Rezah Pahlavi eram aliados americanos na região, apesar de serem governos tirânicos. Portanto, só seria necessário que os EUA combatessem a “tirania” em Estados que desafiassem os interesses vitais americanos, já que “os Estados Unidos não estavam interessados em promover a democracia em regimes amigáveis do Oriente Médio, tais como a Arábia Saudita”. (RUBIN, 2003/04, p. 113)

#### **5.4.2. Saddam Hussein não pode ser dissuadido?**

Em 2003, a administração Bush começou a reunir apoio internacional para invadir o Iraque e derrubar o regime de Saddam Hussein. Segundo a administração Bush, a invasão do Iraque seria a continuação da guerra contra o terrorismo internacional, “os defensores de uma política externa norte-americana mais agressiva, com base em ações ou intervenções militares, sustentam a idéia de que a derrubada de Saddam Hussein corresponderia a ‘segunda fase’ da guerra contra o terrorismo”. (POLLACK, 2002, p. 25) Na realidade, o Iraque seria um teste para a nova Estratégia de Segurança Nacional, “o primeiro experimento aplicado da Doutrina Bush” (LINS DA SILVA, 2003/04, p. 7), onde a administração Bush teria a oportunidade de aplicar os dois fundamentos principais da Doutrina: a ação preventiva e unilateral.

Depois do sucesso contra o regime Talibã no Afeganistão, os defensores da Doutrina Bush acreditaram que poderiam realizar uma operação semelhante em solo iraquiano. A primeira justificativa para legitimar a invasão no Iraque seria a insistência de Saddam Hussein em não permitir as inspeções das Nações Unidas em busca de armas de destruição em massa em seu território, “a violação do governo do Iraque de todas as estipulações estabelecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para o cessar fogo de 1991 justifica legal e moralmente o reforço dessas *estipulações*”.<sup>47</sup>

No entanto, a administração Bush utilizou mais frequentemente estes quatro argumentos para legitimar uma ação preventiva em solo iraquiano: 1- a suposição de que Saddam Hussein não poderia ser dissuadido; 2- a presença de armas de destruição em massa no Iraque e a iminência da fabricação de um aparato nuclear; 3- uma ligação entre Saddam Hussein e Osama Bin Laden (Saddam Hussein teria ajudado nos ataques de 11 de Setembro); e 4- a possibilidade de Saddam Hussein repassar armas de destruição em massa para terroristas. (MEARSHEIMER & WALT, 2003)

Aqueles que defendiam uma ação preventiva no Iraque afirmavam que Saddam Hussein era um tirano cruel e irracional e por isso não poderia ser dissuadido, o comportamento de Saddam Hussein no passado seria a prova de que ele era muito agressivo para possuir armas de destruição em massa, em especial armas nucleares. E apesar de admitirem que uma invasão ao Iraque seria muito dispendiosa e que poderia vir a prejudicar o relacionamento dos EUA com outros países, os defensores da Doutrina Bush atestavam que apesar de todos os custos, a possibilidade de Saddam Hussein possuir armas nucleares era tão arriscada e perigosa que os EUA deveriam “pagar o preço” de uma guerra contra o Iraque. Robert Kagan e William Kristol, dois proponentes da invasão americana ao Iraque, declararam:

*“Não há dúvidas que alguns americanos acreditam que (...) esta política de ‘contenção’\_ que inclui 200.000 soldados na fronteira do Iraque de forma a induzir a permissão das inspeções\_ pudesse ser sustentada indefinidamente tanto pelas Nações Unidas quanto por Washington. Nós acreditamos fortemente que segundo a lição da nossa história com Saddam Hussein nenhuma destas opções daria certo. Se Saddam Hussein não for removido este ano, seria apenas uma questão de tempo até que o nosso Presidente, ou*

<sup>47</sup> Por ‘estipulações’, Condollezza Rice quer dizer “confronto com o governo do Iraque”. RICE, 2002/03, p. 64.

*algum Presidente futuro, estivesse totalmente compelido a tomar uma ação contra ele, e em uma circunstância mais perigosa”. (KAGAN & KRISTOL, 2003, p. 2)*

Segundo a administração Bush, Saddam Hussein era um agressor em série que tentou dominar o Golfo Pérsico, “os partidários da guerra também acrescentam que Saddam é irracional e com tendências a sérios erros de cálculo, o que significa que ele pode não ser dissuadido mesmo com reais ameaças de retaliação”. (MEARSHEIMER & WALT, 2003) Kenneth Pollack,<sup>48</sup> um dos defensores da guerra contra o Iraque, foi mais além ao afirmar que Saddam era um “suicida intencional”:

*“Saddam Hussein demonstra uma série de patologias que dificultam, e muito, coibi-lo. Ele é um apostador inveterado, gosta de assumir riscos e, por isso, com frequência subverte os cálculos das possibilidades de êxito de modo a justificar ações praticadas de acordo com suas preferências”. (POLLACK, 2002, p. 29)*

Os fatos, no entanto, permitiriam uma outra interpretação. Saddam Hussein esteve no poder por mais de trinta anos e durante este período iniciou duas guerras, uma contra o Irã e outra contra o Kuwait.<sup>49</sup> Neste sentido, Saddam Hussein não foi pior que seus vizinhos Egito ou Israel desde 1948. Mearsheimer e Walt, a partir de uma análise do passado da política externa de Saddam Hussein, afirmaram que Saddam poderia ser perfeitamente dissuadido no futuro e que já fora dissuadido no passado, desta forma uma possível invasão americana ao Iraque seria uma guerra desnecessária. Além disso, nas duas guerras em que Saddam iniciou o conflito, ele não agiu de forma irracional, uma vez que “as duas vezes ele atacou porque estava vulnerável e porque ele acreditava que seus alvos estavam isolados e enfraquecidos”. (MEARSHEIMER & WALT, 2003) Mesmo Pollack admitiu que Saddam Hussein já havia sido dissuadido no passado:

*“Tal linha de pensamento não pretende sustentar a tese de que Saddam Hussein seja irracional. Há provas significativas de que ele pondera custos e benefícios, segue uma lógica nua e crua para definir a melhor forma de atingir seus objetivos, compreende a política de dissuasão, e foi dissuadido no passado. Poucos observadores dignos de credibilidade duvidam de que Saddam Hussein evitou empregar armas de destruição em massa ao atacar Israel durante a Guerra do Golfo por temer uma retaliação nuclear da parte dos israelenses, e parece ter sido dissuadido de utilizar estas armas contra a Arábia Saudita e as forças de coalizão por recear uma retaliação norte-americana”. (POLLACK, 2002, p. 29)*

<sup>48</sup> Kenneth Pollack atuou de 1999 até 2001 como conselheiro para assuntos relativos à região do Golfo no Conselho de Segurança Nacional dos EUA. POLLACK, 2002.

<sup>49</sup> A primeira guerra iniciada pelo Iraque foi contra o Irã em 1980, e a segunda foi contra o Kuwait em 1990.

Deste modo, a tese defendida pelos defensores da Doutrina Bush de que Saddam Hussein não poderia ser dissuadido, não pôde ser confirmada pelos fatos históricos. No passado, durante a Guerra do Golfo, Saddam Hussein não utilizou armas químicas e biológicas contra a coalizão porque temia uma retaliação por parte dos EUA, uma vez que o Presidente Bush pai tinha sido ambíguo, porém taxativo nas ameaças de retaliação em território iraquiano. Além disso, quando as tropas da ONU foram reforçadas em território kuwaitiano, na Guerra do Golfo, Saddam Hussein recuou imediatamente, impedindo um ataque contra o seu território, “o recorde de utilização de armas de destruição em massa por Saddam é deplorável, mas nenhuma de suas vítimas tinha um arsenal similar e, portanto não poderia ameaçar uma resposta do mesmo gênero”. (MEARSHEIMER & WALT, 2003)

Apesar de todas as evidências históricas demonstrando que Saddam fora dissuadido no passado possuindo armas químicas e biológicas, Bush declarou em Cincinnati que armas de destruição em massa nas mãos de Saddam Hussein seriam um perigo crescente para os EUA. A ameaça “já é significativa e apenas se torna pior com o tempo” (Op.Cit.), afirmou o Presidente. Condollezza Rice asseverou em seu discurso que “o perigo do arsenal de Saddam Hussein é muito mais claro do que poderíamos ter imaginado antes do dia 11 de Setembro”. (RICE, 2002/03, p. 64) No entanto, o que teria impedido Saddam Hussein de utilizar estas armas de destruição em massa contra os EUA, uma vez que fora bombardeado repetidas vezes na última década pela força americana? A resposta era simples, a dissuasão funcionou bem contra Saddam no passado e nada indicava que iria deixar de funcionar no futuro.

A insistência do Presidente Bush em assegurar que a ameaça do Iraque estava crescendo à medida que o tempo passava tinha como objetivo convencer os americanos de que um ataque preventivo contra Saddam Hussein era imprescindível. A administração Bush superestimou o perigo oriundo do Iraque como “uma transparente tentativa de amedrontar os americanos para conseguir o apoio para a guerra”. (Op.Cit) Em outubro de 2002, o diretor da CIA, George Tenet, contradisse o Presidente Bush ao enviar uma carta ao Congresso Americano explicando que Saddam Hussein só utilizaria armas de destruição em massa contra os EUA caso fosse atacado primeiro. Mais uma vez, a Doutrina Bush demonstrou um paradoxo entre objetivos e ações. Se o objetivo da Doutrina

Bush era tornar os EUA mais seguro, por que iniciar um conflito contra um Estado que somente utilizaria armas de destruição em massa se fosse provocado?

Se o uso de armas de destruição em massa por Saddam Hussein era algo tão temido pelos EUA, como justificar o apoio americano durante a Guerra Irã-Iraque ao Iraque, enquanto Saddam Hussein atacava com gás químicos iraquianos e curdos? <sup>50</sup> Como explicar o apoio dado pelo Presidente Reagan ao governo iraquiano para que Saddam Hussein desenvolvesse armas biológicas? Posteriormente, por que o Presidente Bush pai assinou uma diretiva de segurança nacional afirmando que “relações normais entre Estados Unidos e Iraque servirão para o nosso interesse de longo prazo e irão promover a estabilidade no Golfo e no Oriente Médio” ? (Op. Cit.) A resposta para estas perguntas era que os Presidentes americanos anteriores sabiam que as armas de destruição em massa de Saddam Hussein não ofereciam perigo aos EUA, a menos que Washington provocasse o Iraque primeiro.

No entanto, alegam os defensores da ação preventiva, ainda que Saddam Hussein não seja irracional, tenha sido dissuadido no passado e venha a ser novamente dissuadido no futuro, com os ataques de 11 de Setembro, o cenário internacional se modificou e exigiria um posicionamento diferente do que havia sido adotado pelo governo americano com relação ao Iraque. A administração Bush alegava que mesmo que Saddam Hussein não viesse a utilizar armas de destruição em massa contra os EUA, com medo de uma retaliação, Saddam Hussein poderia vir a entregar uma destas armas a algum grupo terrorista que não poderia ser dissuadido. Nas palavras da assessora de Segurança Nacional do Presidente Bush:

*“Os extremistas que entendem o suicídio como um sacramento têm poucas chances de serem impedidos de agir. Novas tecnologias exigem que se pense de um novo modo quando uma ameaça se torna verdadeiramente iminente’. Por isso, por uma questão de bom senso, os Estados Unidos devem estar preparados para agir quando necessário antes que as ameaças se concretizem por inteiro”.* (RICE, 2002/03, p. 64)

O secretário adjunto da Defesa americana, Paul Wolfowitz, e o vice-chefe do Estado-maior das Forças Armadas, Lewis Libby, foram os primeiros da administração Bush a defenderem o ataque preventivo e unilateral contra o Iraque

---

<sup>50</sup> Como foi visto no capítulo 2, os EUA eram aliados do Iraque durante o conflito entre Irã e Iraque (1980-1988). Enquanto Saddam Hussein atacava com gás químico iranianos e curdos, os EUA ajudavam o Iraque fornecendo imagens de satélite com a posição exata da posição das tropas iranianas. MEARSHEIMER & WALT, 2003.

através da argumentação de que haveria ligações entre Saddam Hussein e Osama Bin Laden, apesar de tais acusações nunca terem sido comprovadas publicamente. (LINS DA SILVA, 2002/03, p. 52) A ex-secretária de Estado dos EUA, acerca da insistência da administração Bush em ligar o Iraque com a Al-Qaeda, declarou: “Para dar apoio à sua decisão de expulsar Saddam Hussein, oficiais do governo aglutinaram seu regime (iraquiano) e a Al-Qaeda em uma coisa só, descrevendo-os como metades complementares da mesma ameaça existencial”. (ALBRIGHT, 2003/04, p. 79)

A suposição acerca de uma possível relação entre Saddam Hussein e redes terroristas era bastante remota. Nunca existiu nenhuma evidência de que o Iraque tenha alguma relação com os ataques terroristas de 11 de Setembro contra o *World Trade Center* e o Pentágono, ou mesmo de que o Iraque esteja colaborando com a Al-Qaeda contra os EUA. “Os falcões dentro e fora da administração Bush têm realizado uma procura extraordinária nos últimos meses para encontrar uma ligação (entre Saddam e a Al-Qaeda), mas eles têm ficado de mãos vazias”. (MEARSHEIMER & WALT, 2003) Segundo James Rubin, se a administração Bush tivesse conseguido provar uma íntima ligação entre Osama Bin Laden e Saddam Hussein, o ataque preventivo contra o Iraque seria justificado, porém, “essa ligação nunca foi estabelecida, apenas alegada, e nenhum outro país a aceitou; de fato, a CIA informou a serviços de inteligência estrangeiros que a própria agência duvidava dessas informações”. (RUBIN, 2003/04, p. 113)

Segundo Mearsheimer e Walt (2003), a falta de evidências apontando qualquer relação entre Saddam Hussein e a Al-Qaeda não era surpreendente. Osama Bin Laden fazia parte de um grupo fundamentalista que combatia, além dos EUA e da influência do Ocidente no mundo muçulmano, governos árabes seculares, como o governo de Saddam Hussein. “Osama Bin Laden é um radical fundamentalista (como Khomeini) e detesta líderes seculares como Saddam”. (Op. Cit.) Além disso, neste caso a recíproca era verdadeira, uma vez que Saddam Hussein reprimiu durante todo seu governo movimentos fundamentalistas dentro do Iraque.

Desta forma, qual seria a motivação de Saddam Hussein para que ele entregasse uma arma de destruição em massa para a Al-Qaeda? Além da histórica inimizada entre Saddam Hussein e grupos fundamentalistas, por que o governante iraquiano iria colocar em risco sua própria cabeça para ajudar um grupo inimigo

de seu governo? Ou ainda, por que Saddam iria gastar alguma de suas armas de destruição em massa para entregar a um grupo que as poderia usar de forma que ele, Saddam Hussein, não teria nenhum controle?

De fato, desde 11 de Setembro as agências de inteligência americanas estavam monitorando todos os Estados que tivessem qualquer probabilidade de ajudar a Al-Qaeda e Saddam Hussein sabia que estava entre os Estados monitorados. Ajudar a Al-Qaeda significaria cometer um suicídio político e, como foi visto anteriormente, Saddam não era um líder irracional e já estava no poder do Iraque há 30 anos, portanto não iria se arriscar para ajudar nenhum grupo radical. “De fato, o terrorismo nuclear é tão perigoso para Saddam assim como o é para os americanos, e ele não tem mais incentivos que os EUA para dar uma arma nuclear para os terroristas”. (Op.Cit.)

### **5.4.3. Por quê, então?**

Em Novembro de 2002, os EUA conseguiram uma vitória diplomática quando o Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade a Resolução 1441 que determinava novas inspeções por armas de destruição em massa no Iraque. A Resolução, porém, não mencionava diretamente a permissão para o uso da força, caso Saddam Hussein não cooperasse. Com relação à Resolução 1441 da ONU, Rubin destacou:

*“Embora a votação tenha sido, claramente, um sucesso diplomático, na medida em que representava o apoio internacional para que se assumisse uma posição mais firme quanto ao desarmamento do Iraque, o Conselho também havia adiado a discussão de várias questões complicadas”.* (RUBIN, 2003/2004, p. 115)

Entre as “várias questões complicadas”, sem dúvida, a mais preocupante era em torno da necessidade ou não de uma segunda Resolução, antes de uma ação militar. Durante as negociações da Resolução 1441 até fevereiro de 2003, a administração Bush manteve-se taxativa de que uma segunda resolução autorizando o uso da força não seria necessária. No entanto, devido à comoção da opinião pública internacional contra a guerra e as recorrentes críticas por parte do governo francês, alemão e russo sobre a guerra preventiva que os EUA estavam prestes a realizar, o governo americano decidiu pedir uma segunda Resolução da ONU que permitisse o uso da força contra Saddam Hussein.

Porém, o pedido da segunda Resolução da ONU em Fevereiro de 2003 foi um desastre para a diplomacia americana, uma vez que os EUA não conseguiram nem mesmo uma maioria no Conselho de Segurança. Os EUA se mantiveram firme em seu propósito de depor Saddam Hussein e, em 20 de Março de 2003, iniciaram a invasão no Iraque junto com a Inglaterra e uma coalizão de Estados.

Segundo Rubin, o governo americano teria motivo suficiente para justificar uma invasão no Iraque, além das armas de destruição em massa e as demais justificativas utilizadas pelo governo para legitimar a invasão. Porém “cada um desses argumentos, apesar de, em outras circunstâncias, poderem ser considerados convincentes, foi minado pelo histórico ou pela reputação do governo”. (Op.Cit., p. 112) De fato, depois da apresentação da Doutrina Bush e seus pressupostos de ação unilateral e preventiva, os europeus principalmente, acreditavam que o que guiava as decisões políticas americanas era a guerra contra o Iraque e que nenhum arranjo diplomático poderia impedir esta guerra. As declarações do Vice-Presidente Dick Cheney e do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld confirmavam esta predisposição quase irresistível do governo Bush de ir a guerra contra Saddam Hussein, “nós vamos fazê-lo, não importa o que o mundo ou nossos aliados pense” (Op.Cit., p. 113), declarou o Vice-Presidente.

Como já foi discutido anteriormente, a guerra contra o Iraque seria um teste para a nova Doutrina Bush e, portanto o governo americano não estava disposto a voltar atrás, mesmo considerando a negativa da ONU em apoiar sua ação militar. O ataque unilateral já estava previsto no NSS, e em última instância, os ataques de 11 de Setembro seriam suficientes para legitimar uma guerra preventiva contra Saddam Hussein.

No entanto, o ataque preventivo contra Saddam Hussein no Iraque, tem pouca relação com os atentados de 11 de Setembro ou com o terrorismo internacional. Uma invasão ao Iraque relaciona-se diretamente com a política empregada pelos EUA para manter sua posição preponderante na região do Golfo Pérsico. Segundo Kenneth Pollack que foi conselheiro para assuntos relativos à região do Golfo no Conselho de Segurança Nacional dos EUA (1991-2001), “as razões para contemplar a hipótese dessa ação drástica pouco têm a ver com os acontecimentos de 11 de Setembro e a crise que lhes sucedeu, e muito a ver com os rumos da política norte-americana para o Iraque desde 1991”. (POLLACK, 2002, p. 62)

De fato, a Estratégia de Segurança Nacional enviada pelo Presidente Bush para o Congresso Nacional, em Setembro de 2002, era muito parecida com o documento formulado pela administração Bush pai, há dez anos atrás.<sup>51</sup> Neste sentido, tal estratégia que inspirou a Doutrina Bush não foi formulada como resposta aos ataques de 11 de Setembro. Com o fim da Guerra Fria, a estratégia era uma tentativa dos ‘falcões’ da política externa americana de “emplacar a noção de que os EUA deveriam adotar uma posição de unilateralismo e prevenção como política formal de governo”. (LINS DA SILVA, 2002/2003, p. 51)

Os ataques de 11 de Setembro serviram de justificativa para a aplicação de uma estratégia de segurança nacional que permitia que os EUA atacassem qualquer inimigo potencial de forma preventiva e unilateral, “com a influência da Guerra contra o terrorismo da administração Bush, novas idéias estão circulando sobre a grande estratégia dos EUA e a reestruturação do mundo unipolar”. (IKENBERRY, 2002, p. 44) Desta forma, a invasão americana no Iraque fazia parte desta nova estratégia dos EUA de afirmação de seu papel preponderante de única superpotência global, e neste sentido, não possuía nenhuma ligação direta com os atentados de 11 de Setembro, “a despeito dos argumentos ora suscitados por muitos defensores de uma política beligerante, é um erro pensar nas operações contra o Iraque como parte da guerra contra o terrorismo”. (POLLACK, 2002, p. 38)

Como foi visto no capítulo 3, durante a Guerra do Golfo, o Presidente Bush pai alimentou esperanças de que o regime de Saddam Hussein seria derrubado e tal ação não foi empreendida porque a administração Bush pai não tinha uma estratégia bem definida sobre como fazer com que este objetivo se concretizasse. Para Gaddis (2002, p. 54), um dos objetivos da invasão americana ao Iraque era “completar a parte do trabalho que a Guerra do Golfo deixou incompleta”.

A participação americana na Guerra do Golfo evitando que Saddam Hussein anexasse definitivamente o Kuwait tinha como principal objetivo impedir que o Iraque controlasse as reservas de petróleo kuwaitianas e se tornasse uma liderança

---

<sup>51</sup> Em 1992, o atual Vice-Presidente, Dick Cheney, era secretário da Defesa; o atual secretário de Estado, Colin Powell, era Chefe do Estado-maior das Forças Armadas; o atual Secretário Adjunto da Defesa, Paul Wolfowitz, era subsecretário da Defesa; o atual Vice-Chefe do Estado-mior das Forças Armadas, Lewis Libby, era o principal assessor de Wofowitz; o atual assessor de Segurança Nacional do Vice-Presidente, Eric Edelman, era outro subsecretário de Defesa. LINS DA SILVA, 2002/2003.

regional. Um fortalecimento de Saddam Hussein ameaçaria os Estados vizinhos aliados dos EUA, como a Arábia Saudita e os países que faziam parte do CCG.

Com a declaração de cessar fogo do Presidente Bush na Guerra do Golfo, a administração Bush pai esperava que um conflito interno possibilitasse um golpe de Estado que tirasse Saddam Hussein do poder no Iraque. A Operação Raposa do Deserto também objetivava retirar Saddam Hussein do poder, só que o líder iraquiano mostrou-se forte a todas as tentativas do governo americano em “ajudar” uma rebelião interna que depusesse Saddam. No final de todas estas tentativas, o governo americano pode ter desistido de esperar pela queda de Saddam motivada por um conflito interno e decidiu mais uma vez se engajar num conflito armado direto contra o Iraque.

É importante destacar que se os ataques de 11 de Setembro não possuíam nenhuma ligação direta com o Iraque de Saddam Hussein, o mesmo não se podia dizer dos demais Estados do Golfo Pérsico. Osama Bin Laden e a rede Al-Qaeda tinham como objetivo último “derrubar a monarquia saudita pró Ocidente e instaurar um regime doutrinário Islâmico” (KLARE, 2002, Introdução, p. x), o que significaria o controle de um quarto das reservas mundiais de petróleo nas mãos de um grupo fundamentalista antiamericano. Para o *interesse nacional vital* americano no Golfo Pérsico este seria um golpe ainda maior do que a Revolução Islâmica no Irã em 1979. Nas palavras do Presidente Reagan (Op. Cit., p. 78), em 1981: “nós não vamos permitir que a Arábia Saudita se torne um Irã”.

A preocupação em manter a estabilidade da dinastia saudita pró-americana no poder era tão grande que, durante a Guerra do Golfo, a principal justificativa para a intervenção americana foi a proteção do território da Arábia Saudita contra a ameaça de invasão iraquiana. No entanto, se por um lado à participação americana garantiu a manutenção do governo dinástico saudita no poder e com isso um apoio para política americana de poder na região, por outro lado, a intervenção dos EUA no Golfo foi alterando os rumos da política regional, e com isso, os EUA foram fazendo muitos inimigos que eram contra ao governo da Arábia Saudita e contra a presença maciça de bases americanas na região do Golfo Pérsico:

*"A ligação dos EUA com a Arábia Saudita tem sido considerada benéfica para ambas as partes interessadas, mas isto tem levado a um profundo envolvimento americano na política regional (do Golfo Pérsico). E esta ligação transformou Washington em inimigo daqueles que, como Osama*

*Bin Laden, procuram derrubar a monarquia e substituí-la por um diferente tipo de governo". (KLARE, 2002, Introdução, p. x)*

Deste modo, os EUA, depois dos ataques de 11 de Setembro procuraram fortalecer ainda mais sua estratégia com relação ao Golfo Pérsico. Os estrategistas americanos identificaram três prováveis cenários de guerra na região que ameaçariam a posição predominante dos EUA na região: 1- uma nova tentativa do Iraque em tomar os poços de petróleo do Kuwait e da Arábia Saudita; 2- uma tentativa do Irã de fechar o Estreito de Hormuz e impedir a navegação de petróleo no Golfo; e finalmente, 3- uma revolta interna contra a família real saudita. Segundo Klare, “as forças americanas devem estar preparadas para prevalecer em todos os três cenários \_sozinho ou com qualquer combinação”. (Op.Cit., p. 62)

O ataque preventivo ao Iraque possibilitava aos EUA diminuir os riscos de um confronto no futuro contra um Saddam Hussein fortalecido, por isso, a administração Bush decidiu invadir rapidamente, seguindo uma política de “atirar primeiro, perguntar depois”. Uma década da estratégia de contenção e ataques aéreos localizados, mantiveram o governo de Saddam Hussein frágil e desarticulado “até que, enfim, chegasse o grande dia”. (POLLACK, 2002, p. 26)

Deste modo, a invasão americana no Iraque em Março de 2003 visava manter os interesses americanos na região do Golfo Pérsico em um momento crítico para os EUA. Com os Ataques de 11 de Setembro, pela primeira vez, a estratégia geopolítica desenvolvida pelos EUA para a região do Golfo Pérsico deixou mortos em território americano. O que poderia ter sido uma oportunidade para os EUA repensarem sua estratégia do *pluralismo geopolítico*, que já havia fomentado tantas guerras no passado, foi tomado pelo governo americano como uma justificativa para os EUA intensificarem ainda mais o uso da força no Golfo Pérsico.

No entanto, aqueles que imaginaram que a captura ou morte de Osama Bin Laden e de Saddam Hussein encerrariam os problemas da região não tem idéia da hostilidade que a estratégia americana para o Golfo Pérsico gera para os EUA e para o Ocidente:

*“A destruição da Al Qaeda não significa, no entanto, que nós podemos olhar para frente e ver um longo período de paz na região; ao contrário, com a dependência com relação ao petróleo do Golfo Pérsico crescendo com o tempo, nós devemos esperar a emergência de novas e inesperadas ameaças à estabilidade”. (KLARE, 2002, Introdução, p. xi)*

## 5.5. Conclusão

Depois da Guerra do Golfo, os EUA mantiveram uma política de ataques aéreos sistemáticos sobre o Iraque visando atingir alvos militares e armazéns contendo armas químicas e biológicas. Durante a administração Clinton, os EUA desenvolveram a chamada política de “dupla contenção” que buscava erodir a força militar do Iraque e do Irã através principalmente, de sanções econômicas e comerciais.

Durante este período, a região do Golfo Pérsico contou com uma política que visava manter o *pluralismo geopolítico* americano na região através da contenção daqueles Estados que ameaçavam os interesses vitais americanos: o Irã e o Iraque. Isto significava que qualquer Estado que tentasse exercer a hegemonia no *coração energético mundial* seria contido pelos EUA. Para garantir o êxito da estratégia do *pluralismo geopolítico* era necessário também o fortalecimento dos aliados americanos na região, e deste modo, os EUA venderam armamentos sofisticados para os países que faziam parte do CCG, e mais especificamente para a Arábia Saudita e para o Kuwait.

No entanto, os ataques de 11 de Setembro serviram como um estopim para uma mudança da política externa americana. A ameaça terrorista serviu como justificativa para uma atuação mais voltada para os próprios interesses nacionais americanos, enfraquecendo os interesses multilaterais. A administração Bush pôde desenvolver seus ideais de mundo unipolar, onde os EUA como única superpotência mundial poderiam utilizar ações preventivas e unilaterais para garantir sua autodefesa. Esta nova Estratégia de Segurança Nacional ficou conhecida como “Doutrina Bush” e admitia o direito americano de intervir preventivamente em qualquer lugar do mundo e a qualquer momento em que a segurança nacional americana fosse ameaçada.

A “guerra contra o terror” teve início contra o regime talibã do Afeganistão, acusado de ser o Estado que servia de pouso para a rede transnacional terrorista Al-Qaeda, responsável pelos ataques de 11 de Setembro. Para realizar os ataques contra o regime que ajudou a Al-Qaeda, os EUA contaram com o apoio internacional e a Operação Liberdade Duradoura foi um sucesso.

No entanto, dezoito meses após os ataques de 11 de Setembro, em Março de 2003, os EUA decidiram invadir o Iraque e derrubar Saddam Hussein do poder sem o apoio internacional e com a desaprovação do Conselho de Segurança da ONU. O Iraque seria o primeiro teste para a Doutrina Bush uma vez que era um ataque preventivo e unilateral. Os ‘falcões’ da política externa americana apresentaram diversas justificativas para a invasão, mas todas careciam de provas concretas ou poderiam ser refutadas historicamente.

Porém, a possibilidade de finalmente derrubar Saddam Hussein num momento em que ele se encontrava frágil devido aos bombardeios efetuados por uma década contra alvos militares em solo iraquiano, não foram desperdiçadas pela administração Bush. Na realidade, a invasão americana tinha pouca ou nenhuma relação direta com os ataques de 11 de Setembro, no entanto, os atentados foram o ensejo perfeito para justificar um ataque preventivo.

Não obstante, os ataques de 11 de Setembro incentivaram um reforço na estratégia americana para garantir os interesses vitais dos EUA no Golfo Pérsico. Mais do que nunca assegurar o *pluralismo geopolítico* na região através do enfraquecimento das potências hostis à preponderância americana na região se tornou necessário. Os ataques terroristas tinham íntima relação com a ajuda americana à monarquia saudita, e uma revolução interna na Arábia Saudita que derrubasse o governo significaria a perda de mais um aliado na região. Ainda pior era o risco da Arábia Saudita ser governada por um grupo religioso fundamentalista antiamericano, o que significaria um golpe ainda maior do que a Revolução Islâmica no Irã, já que a Arábia Saudita detém um quarto das reservas mundiais de petróleo. Deste modo, a invasão americana ao Iraque e a instauração de um governo pró-americano na região significariam a manutenção do interesse vital de impedir o aparecimento de um líder regional que desafie a preponderância americana no Golfo. Além de derrubar o governo de Saddam Hussein e com isto eliminar um inimigo dos interesses americanos, a instauração de um governo pró-americano no Iraque garantiria um suprimento de petróleo a preços baixos e estáveis por um longo período.